


SOBRE BASTARDIA E A CRIAÇÃO DE MUNDOS NOVOS: ESTADO E COLONIALIDADE NA HISTORIOGRAFIA DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

ON BASTARDY AND THE CREATION OF NEW WORLDS: STATE AND COLONIALITY IN THE HISTORIOGRAPHY OF THE 1970s AND 1980s

SOBRE LA BASTARDÍA Y LA CREACIÓN DE NUEVOS MUNDOS: ESTADO Y COLONIALIDAD EN LA HISTORIOGRAFÍA DE LOS AÑOS 70 Y 80

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-139>

Data de submissão: 13/10/2025

Data de publicação: 13/11/2025

Vânia do Carmo Rocha

Pós-doutoranda em História

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: vaniadocarmorochoa@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3605-9055>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9947082278996044>

RESUMO

Este artigo é voltado para analisar quatro obras: A interiorização da Metrópole, de Maria Odila Leite da Silva Dias (2005); Da Monarquia a República: momentos decisivos, de Emília Viotti da Costa (2010); A Construção da Ordem. Teatro de Sombras, de José Murilo de Carvalho (2003); O Tempo Saquarema, de Ilmar Rohloff de Mattos (2011). Textos diferentes em vários aspectos, mas que possuem em comum a reflexão sobre o século XIX. Nosso recorte analítico é o problema do Estado imperial. Trata-se de um trabalho aqui voltado para a história da historiografia em diálogo com os estudos sobre a colonialidade. A metodologia empregada é a analítica-teórica. Como resultado veremos como a indissociabilidade entre a Modernidade e a Colonialidade marcou nossa escrita da história, levando a uma domesticação do tempo que nos relega a um papel de incompletude, de Estado que não se realiza, onde o prometido Progresso da modernidade não é alcançada, o que nos permite propor aqui a ideia de que somos filhos bastardos da Modernidade, e que isso nos abre espaço para reconhecer sua influência, mas também para questionar sua autoridade e criar novos mundos.

Palavras-chave: Historiografia. Estado. Temporalidade. Colonialidade.

ABSTRACT

This article analyzes four works: A interiorização da Metrópole, by Maria Odila Leite da Silva Dias (2005); Da Monarquia a República: momentos decisivos, by Emília Viotti da Costa (2010); A Construção da Ordem. Teatro de Sombras, by José Murilo de Carvalho (2003); and O Tempo Saquarema, by Ilmar Rohloff de Mattos (2011). These texts differ in several aspects, but share a common reflection on the 19th century. Our analytical focus is the problem of the imperial state. This work is geared towards the history of historiography in dialogue with studies on coloniality. The methodology employed is analytical-theoretical. As a result, we will see how the inseparability between Modernity and Coloniality has marked our writing of history, leading to a domestication of time that relegates us to a role of incompleteness, of a State that does not realize itself, where the promised Progress of modernity is not achieved. This allows us to propose here the idea that we are bastard children of Modernity, and that this opens up space for us to recognize its influence, but also to question its authority and create new worlds.

Keywords: Historiography. State. Temporality. Coloniality.

RESUMEN

Este artículo analiza cuatro obras: **A interiorização da Metrópole**, de Maria Odila Leite da Silva Dias (2005); **Da Monarquia a República: momentos decisivos**, de Emília Viotti da Costa (2010); **A Construção da Ordem. Teatro de Sombras**, de José Murilo de Carvalho (2003); y **O Tempo Saquarema**, de Ilmar Rohloff de Mattos (2011). Estos textos difieren en varios aspectos, pero comparten una reflexión común sobre el siglo XIX. Nuestro foco analítico es el problema del Estado imperial. Este trabajo se orienta hacia la historia de la historiografía en diálogo con los estudios sobre la colonialidad. La metodología empleada es analítica-teórica. En consecuencia, veremos cómo la inseparabilidad entre Modernidad y Colonialidad ha marcado nuestra escritura de la historia, conduciendo a una domesticación del tiempo que nos relega a un papel de incompletitud, de un Estado que no se realiza, donde el Progreso prometido por la modernidad no se alcanza. Esto nos permite proponer aquí la idea de que somos hijos bastardos de la Modernidad, y que esto nos abre un espacio para reconocer su influencia, pero también para cuestionar su autoridad y crear nuevos mundos.

Palabras clave: Historiografía. Estado. Temporalidad. Colonialidad.

1 INTRODUÇÃO

Não falamos aqui do conceito e das relações de bastardia. Bem, falamos de bastardia em outros termos que esperamos que fiquem claros ao final de nossa argumentação. Este texto se dedica a analisar quatro textos dedicados a escrever sobre a história do Brasil no século XIX, produzidos nas últimas décadas do século XX, partindo de um corte analítico específico: como tais obras historiográficas concebem o Estado imperial brasileiro. E de tal análise pensar a relevância dessa reflexão hoje, sobretudo a partir da perspectiva aberta pelos estudos a respeito da colonialidade. Os textos a serem analisados são: *A interiorização da Metrópole*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicado pela primeira vez em 1972; *Da Monarquia a República: momentos decisivos*, de Emília Viotti da Costa coletânea de ensaios e artigos publicados de entre os anos 1967 e 1998; *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, de José Murilo de Carvalho apresentado como tese de doutoramento em 1974 na Sanford University, e publicado no Brasil a partir de 1980; *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Rohloff de Mattos, apresentado como tese de doutoramento em 1985 na Universidade de São Paulo. São textos que se diferenciam em vários aspectos, mas que possuem em comum a reflexão sobre o século XIX. E das reflexões desenvolvidas pelas autoras e autores em suas narrativas vamos nos ater ao problema do Estado, para em seguida refletirmos sobre a(s) temporalidade(s) evidenciada(s) neles, e concluirmos com o debate sobre a relação entre historiografia, temporalidade e colonialidade. Ao final pretendemos refletir sobre as seguintes questões: pode a escrita da história ser colonizada? Pode o tempo ser colonizado?

A escrita da história desde sua institucionalização no século XIX e a consequente construção de metanarrativas nacionais foi o bastião da Modernidade. A história singularizou coletivos, e nesse processo houve apagamentos, silenciamentos – era a História de um Povo, uma Nação, a partir do seu processo de Civilização. O advento do fim da colonização e a emergência de Estados independentes no continente americano não anulou os séculos de dominação europeia, e consolidou os valores modernos através da perpetuação da Colonialidade. Como pares indissociáveis, Modernidade e Colonialidade, condicionaram a configuração política dos Estados recém independentes e por conseguinte a escrita de sua história. Foi a emergência do que Jorge Cañizares-Esguerra tratou como epistemologia patriótica, e refletira os anseios das classes superiores, se ligava a “situações raciais e hierarquias sociais consolidadas”(201 1, p. 20). Logo, não se trata de uma relação sensível, tampouco ignorada esta da historiografia com a Modernidade e seu par, a Colonialidade. Falamos aqui de processos de constituição de narrativas iniciados no século XVIII como tratou Cañizares-Esguerra, perpetuados no século XIX. Mas, eis o ponto de constrangimento: neste texto disposto aqui trataremos

de uma historiografia de finais do século XX. Que ligação pois teriam textos historiográficos das décadas de 1970 e 1980 com a Modernidade ou a Colonialidade?

O constrangimento pode se ampliar se considerarmos ainda o fato de serem textos produzidos no âmago de instituições acadêmicas proeminentes, não textos de vozes silenciadas, muitos menos subalternizadas. São textos autorizados, legitimados por seus pares historiadores, e suas narrativas ainda ecoam em nossas sensibilidades sobre o passado brasileiro, com critérios de inteligibilidade e objetividade reconhecidos e aceitos no meio acadêmico. São textos que tem o Brasil do século XIX como objeto. Se enquadram no escopo do que podemos chamar de história padronizada e reconhecida pelos seus pares. Os textos das duas autoras analisadas e dos dois autores analisados foram produzidos por historiadores reconhecidos, pesquisadores e professores de instituições de respeito dentro e fora do Brasil. Como inserir tais textos, tais narrativas no debate inerente a colonialidade? Ao tratarem da formação e limitações do Estado Imperial Brasileiro, os textos analisados aqui revelam um tempo marcado pela lentidão, um Estado marcado pela incompletude, e é partir desta constatação que adentraremos na questão Colonialidade como caminho reflexivo para pensar a maneira como esses textos construíram uma relação com o tempo, isto é como passado, presente e futuro aparecem em seus textos.

2 INTERIORIZAÇÃO E PATRONAGEM, O ESTADO EM SEUS LIMITES

O texto *A interiorização da metrópole*, foi publicado por Maria Odila Leite da Silva Dias em 1972, em coletânea organizada por Guilherme Motta. O texto trata de uma reflexão sobre o processo de Independência a partir da fatídica transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, e o conseqüente enraizamento da metrópole portuguesa nas suas colônias americanas, destacando a continuidade do processo de transição da colônia para o Império (Dias, 2005, p. 7; p. 31). Vale considerar que quando Dias destaca os aspectos de continuidade na transição da colônia para o Império, fica dúbia a reflexão: se ela se refere a transição da colônia para o Império Português que se estabelecerá nas terras tropicais a partir de 1808, ou se refere á transição da colônia par o Império brasileiro constituído a partir de 1822, consolidado entre os anos 1840 e 1850. Ao que parece, Dias se refere aos dois processos, num texto descontínuo, que segue do início do século XIX, volta ao século XVIII, prossegue a meados do século XIX, num movimento narrativo não linear. Seu texto, tal qual o texto de Emília Viotti da Costa, não tem por objeto a construção/consolidação do Império brasileiro, este não é seu objeto. Mas de sua análise podemos encontrar reflexões pertinentes sobre as características e limitações do Estado imperial.

Quanto a caracterização do Estado imperial, a argumentação principal de Dias é a de que a vinda Corte portuguesa para o Brasil foi mais importante para a formação política do Império do que a consagração da Emancipação em 1822, isso porque ocorreu o “enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia” (Dias, 2005, p. 12). Visto que, de acordo com Maria Odila Dias, as dissidências internas em Portugal (2005, p. 17), provocadas tanto pelo deslocamento da Corte quanto pelas mazelas das invasões francesas, acabaram levando a Revolução do Porto, portanto a transposição de 1808 foi por si só um ato de ruptura que a um só passo definiria os destinos de Portugal e do Brasil. No Brasil isso levou a configuração de um Estado cuja elite governante – constituída por portugueses associados a classes dominantes, sobretudo proprietários de terras e escravos – queriam se fortalecer contra as insubordinações das classes menos favorecidas, estabelecendo mecanismos de defesa e coesão do elitismo (Dias, 2005, p. 19; 28 e 29), a partir do qual urgia a manutenção da ordem existente, uma ordem que se figurava como um prolongamento da estrutura colonial. Tal continuidade forjou a transição para o Império (Dias, 2005, p. 9; 31). Primeiro houve a Emancipação, depois se consolidou a unidade nacional, esse processo se baseou em aspirações liberais (Dias, 2005 p. 7 e 8). Segundo Dias, a consciência nacional viria pela integração e às duas penas pela centralização ocorrida entre os anos 1840 e 1850 (2005, p. 17). Num primeiro momento o sentimento de insegurança social levou a crença de que era fundamental continuar unidos a Portugal, na condição de monarquia dual, pois assim tantos os portugueses que residiam nos trópicos quanto as classes dominantes estariam ligados à civilização europeia (p. 9), pois uma das principais forças políticas modeladora do Império foi a vontade de se constitui e sobreviver como nação civilizada, europeia em território americano, apesar da escravidão e da mestiçagem (Dias, 2005, p. 18). As implicações da interiorização da metrópole foi o enraizamento do Estado português no Centro-Sul, dando início a um processo que só se consolidaria por volta de meados do século XIX com homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Uruguai, Marquês de Paraná, dentre outros (Dias, 2005, p. 19), com um elitismo burocrático enquanto válvula de escape para uma estabilidade econômica, juntamente com a atuação de ilustrados brasileiros, houve um esforço pela centralização, abertura de estradas para comunicação entre as capitânicas (depois províncias), mapas hidrográficos foram feitos, enfim, o interior começou a ser explorado (Dias, 2005, p. 32; 36; 37).

Fato é que o enraizamento da Corte lançou as bases para o novo Império Português, e depois para o Império Brasileiro. Para além da Corte centrada na cidade do Rio de Janeiro, o restante do território português na América se tornou colônia da nova Corte (Dias, 2005, p. 22). A sensação de insegurança deu sustentação para a construção do mito da autoridade central capaz de garantir a segurança, o carisma e o fascínio com um Príncipe regente atraía a atenção e a esperança dos que

estavam demasiado presos ao paternalismo, “era uma verdadeira atração messiânica, o socorro de um bom pai em meio a descontentamentos e insatisfações” (Dias 2005, p. 25; 27). As classes dominantes seguiram este esteio, tenderam a pegar-se à Corte, e diante da falta de perspectiva política, atraídos pelo poder do Príncipe, por títulos, mas sobretudo por assegurar seu poder e autonomia local (Dias, 2005, p. 28). De acordo com Dias, “as tradições da colonização portuguesa e o afã de integração e conquista dos recursos naturais delinearão a imagem do governo central forte, necessário para neutralizar os conflitos da sociedade e as forças de desagregação interna” (2005, p. 37), tal tarefa e construção mobilizou esforços de brasileiros ilustrados que marcam profundamente a elite política do Primeiro reinado, com influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do Império, sobretudo ao definir um “nacionalismo didático, integrador e progressista, e uma consciência nacional eminentemente elitista e utilitária” (Dias, 2005, p. 37).

Os principais limites do Estado, que estava em formação deste a transferência da Corte e processo de interiorização da metrópole portuguesa no Centro-Sul da sua colônia americana, estavam: na falta de sua integração e comunicação (Dias, 2005, p. 25); na dispersão, fragmentação, contradição e conflito sociais internos levarem conjuntamente a uma incapacidade de se criar uma consciência nacional e um desenvolvimento revolucionário (Dias, 2005, p. 8); a dispersão e a fragmentação do poder, somada a fraqueza e instabilidades das classes requeria a imagem de um Estado forte, e a nova Corte parecia oferecer isso (Dias, 2005, p. 18; 26); as províncias do Norte foram sobrecarregadas para sustentar a Corte, o Reino e as Guerras, ocasionando levantes com riscos de fragmentação política, e de modo geral as demais capitânias (posteriormente províncias) não conseguiam diferir o domínio de Lisboa do domínio do Rio (Dias, 2005, 15; 35). O país recém-emancipado após 1822, não possuía boas perspectivas (Dias, 2005, p. 17), o pessimismo e apreensão eram grandes (p. 24). Em meio a todo esse processo de falta de perspectiva, a preocupação maior das classes dominantes era a manutenção dos seus privilégios, de modo que “a própria estrutura social, com o abismo existente entre uma minoria privilegiada e o resto da população, polarizaria as forças políticas, mantendo unidos os interesses das classes dominantes” (Dias, 2005, p. 23). Marcas de continuidade que se perpetuam desde a instalação da Corte com o enraizamento da Metrópole, na transição da colônia para o novo Império Português, no processo de Emancipação que deu origem ao Primeiro Reinado, nas disputas das regências, e na consolidação do Estado imperial: a impetuosa necessidade de se manter as estruturas coloniais que asseguravam a escravidão, a grande propriedade e os privilégios das classes dominantes. Impetuosa necessidade que levaria a mais uma vez, mesmo após a consolidação da unidade, centralização e estabilidade do Estado Imperial, a construção do mito do governo central forte capaz de neutralizar os

conflitos e a desagregação, com a figura do Imperador inspirando carisma e fascínio apoiados no paternalismo tão comum à realidade brasileira.

A leitura de Emília Viotti da Costa em *Da Monarquia a República: momentos decisivos* a respeito dos aspectos políticos e socioeconômicos do século XIX brasileiro ocorre num conjunto de textos reunidos com a tentativa de entender “a fraqueza das instituições democráticas e da ideologia liberal, assim como a marginalização política, econômica e cultural de amplos setores da população brasileira, problemas básicos do Brasil contemporâneo” (Costa, 2010, p. 19), argumenta a historiadora em fins dos século XX, ocasião da primeira edição do livro, e prossegue com a mesma lógica no início do século XXI, em 2007 na nota à 9ª edição, ao alegar que mesmo em meio ao intenso processo de industrialização, entrada de captais estrangeiros, crescimento urbano e aumento nos índices de alfabetização, persiste a incapacidade “de incorporar os benefícios do progresso á grande maioria da população e de criar uma sociedade realmente democrática” (Costa, 2010, p. 9). Neste sentido, a preocupação fundamental de Costa é com a compreensão das contradições existentes nas relações políticas e sociais que perpetuam desigualdades e marginalizações. Costa não está preocupada de modo deliberado com a construção do Estado como Carvalho e Mattos estavam, logo a construção/constituição do Estado Imperial não é o problema que norteia sua análise, mas ela sim se debruça sobre as contradições desse Estado como marcado por aspectos de continuidade em relação ao período colonial, e que se perpetuam até inícios do século XXI. Duas questões são centrais na análise de Costa: 1) a ressignificação do liberalismo através de seu uso prático na política; 2) as relações de clientelismo e patronagem que conformam a política imperial, e que são responsáveis pelo uso específico do liberalismo frente aos interesses da elite e da dissimulação das tensões sociais e raciais.

Vamos às características do Estado brasileiro, de acordo com Emília Viotti da Costa. Trata-se de um Estado que ao longo do século XX é marcado por instabilidade política, que passou por um processo de modernização, mas sem independência econômica (Costa, 2010, p. 9). No século XIX foi governado por uma oligarquia ligada à agroexportação e comerciantes, e por isso assegurou tanto a manutenção da escravidão e da grande propriedade, quanto afastou projetos políticos reformistas mais radicais em sua formação e em seu processo de estabilização (Costa, 2010, p. 11 e 12). Por conta das relações de clientelismo e patronagem, enquanto fatores resultantes da escravidão, as práticas políticas eram permeadas pela convergência entre os bens públicas e os bens privados, mais especificamente as instituições e bens públicos eram colocados a serviço dos interesses privados (Costa, 2010, p. 14; 163), fator que corroborava para a fraqueza das instituições públicas acentuando seu caráter antidemocrático (Costa, 2010, p. 19; 145). A elite governante do Império tinha na elite letrada seus porta-vozes da

ideologia liberal, operando esta ideologia como forma de mascarar as contradições do sistema (Costa, 2010, p. 61), de modo que os grupos economicamente dominantes se faziam atuantes por meio dos partidos liberal e conservador (Costa, 2010, p. 159; 163).

As limitações deste Estado no século XIX se ligavam à sua dependência econômica em relação ao capital estrangeiro e concentração de riquezas destacada pela indiferença das elites governantes (Costa, 2010, p. 9), de tal forma que entre 1822 e 1889 as estruturas socioeconômicas não mudaram (p. 17), pois as relações de clientela e patronagem limitaram as tensões, e acabavam por mascarar as contradições (Costa, 2010, p. 17; 136). A distância entre a letra da lei e sua prática perpetuava uma justiça usada em favor dos grandes proprietários (Costa, 2010, p. 61). Existia uma limitação da capacidade de atuação das classes sociais, acarretando a falta de participação popular pela falta de maturidade para reivindicar mudanças (Costa, 2010, p. 127; 136)), e assim o sistema eleitoral por todo o século XIX e início do século XX limitou o alcance da representação e restringiu a cidadania (Costa, 2010, p. 145). Todos esses fatores apontavam, reforçavam e eram reforçados por dois pontos: 1) um cenário de instabilidade política provocado por disputas internas ao longo de todo o Império (Costa, 2010, p. 144; 146; 156; 159); 2) a recusa dos governos regionais em seguir as determinações do governo central concentrado na Corte do Rio de Janeiro (Costa, 2010, p. 159).

Ao nos concentrarmos nas características e limitações do Estado imperial na análise de Emília Viotti da Costa, precisamos agora retomar às duas questões que norteiam toda a argumentação de Costa a respeito do cenário político do século XIX brasileiro, a primeira diz respeito ao liberalismo e seu uso político pelos letrados e governantes, a segunda são as relações de clientelismo e patronagem que conformaram o uso político do liberalismo. O liberalismo foi usado pelos articuladores da Emancipação como forma de crítica ao julgo colonial, mas seu uso foi de modo a afastar tanto o absolutismo quanto os radicalismos, segundo Costa é preciso pensar na especificidade do liberalismo frente a realidade brasileira, “em outras palavras era preciso desconstruir o discurso liberal” (Costa, 2010, p. 134), discorda que as ideias estivessem for do lugar (p. 137 e 138), mas considera sim que elas foram adaptadas em diferentes momentos ao lugar (Brasil). O fato é que os valores do liberalismo não se firmavam numa sociedade escravocrata que alimenta relações de clientela e patronagem (Costa, 2010, p. 168). Segundo Costa, os princípios liberais foram mobilizados na Europa na luta contra o absolutismo, defenderam a teoria do contrato social, a soberania do povo e a supremacia da lei, se engajaram pela divisão e poderes, pelas formas de representativas de governo, pelo fim dos privilégios e o converteram em direitos universais a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito a propriedade (2010, p. 135). Os valores associados ao liberalismo, e constituem sua ética, eram a “valorização do trabalho, a poupança, apego às formas representativas de governo, supremacia das leis [...] valorização

do indivíduo e da sua autonomia, a crença na universalidade dos direitos do homem e do cidadão” (Costa, 2010, p. 168). No entanto, no Brasil, o liberalismo perdeu seu caráter revolucionário e burguês, os direitos universais se tornaram privilégios, pois a atuação dos proprietários de terras e escravos limitavam a implementação das ideias liberais e a modernização no ímpeto por salvaguardar sua condição de predominância socioeconômica (Costa, 2020, p. 135 e 136).

Numa sociedade escravista que alimenta relações de clientela e patronagem, os valores do liberalismo não se firmaram (Costa, 2010, p. 168), pois “através do sistema de clientela e patronagem as elites brasileiras consolidaram sua hegemonia sobre os demais grupos sociais” (Costa, 2010, p. 15). As disputas políticas eram mais entre famílias e facções as elas ligadas do que necessariamente entre os partidos, tampouco por seus princípios ideológicos, a cada eleição pessoas eram demitidas de seus cargos, manobras políticas e estratégias de coerção buscavam angariar pessoas para a manipulação das eleições (Costa, 2010, p. 163). O liberalismo persistia a ser uma utopia para a elite, enquanto para a maior parte da população brasileira não passava de uma retórica vazia pois estava enredada num sistema de patronagem e clientelismo. A patronagem consistia em “relações verticais definidas em termos de favores recíprocos entre indivíduos das classes dominantes e os das classes subalternas, a patronagem ocultou as tensões entre raças e entre classes (com exceção, evidentemente, das relações entre senhores e escravos)” (Costa, 2010, p. 169). Na patronagem os indivíduos de talento de classes subalternas, eram cooptados pelas elites, por conta do sistema de clientela e patronagem os políticos não vistos como representantes do povo, mas como padrinhos, e o Estado aparecia como distribuidor de benesses e direitos do cidadão como concessões e privilégios. A patronagem era “baseada em lealdades pessoais e troca de favores”, e implicava na “subserviência do eleitorado ao chefão local, a conivência das Cortes de justiça com as classes dominantes, e o sistemático desrespeito pela lei e a legitimação do privilégio” (Costa, 2010, p. 170). Por isso, de acordo com Costa, a coexistência da ética da patronagem com a ética do liberalismo, deu contornos a uma realidade carregada de contradições de uma sociedade advindas da forma híbrida de burguês-aristocrata característico das elites imperiais brasileiras, indivíduos que viviam no Brasil, mas tinham seus olhos na Europa.

3 O ESTADO IMPERIAL COMO EIXO NARRATIVO: CONSOLIDADO, PORÉM LIMITADO

O Estado em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* surge como instância marcada pela continuidade, o que aponta para sua consolidação a partir de três características substanciais: Monarquia representativa; centralização política; governo civil estável. É importante avaliar tais características, pois são frutos de escolhas, isto é, havia alternativas. No entanto, para José Murilo de

Carvalho, aconteceu “o processo de geração mútua entre Estado e elite” (2003, p. 249), e disso resultou a configuração da natureza e da prática do Estado imperial enquanto Monarquia centralizada, particularmente por conta da transposição de dirigentes sucedida na antiga metrópole para o Brasil. O Estado foi, portanto, construtor e construção da elite política. Assunto importante quando tratamos do Estado imperial em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* é a estabilidade do sistema. A estabilidade do Estado monárquico deveu-se ao papel exercido pelos magistrados, eles mantiveram a Monarquia e evitaram o caos político, foram colocados como um dos suportes da Monarquia e da ordem (Carvalho, 2003, p. 180). Segundo o Senador Cruz Jobim, caso não tivessem predominado, teríamos caído nas mesmas desgraças que a América Espanhola (Carvalho, 2003, p. 180). Outra razão da estabilidade foi a exclusão do poder dos elementos que não pertenciam à camada dirigente, ou melhor, mantendo-os sem acesso aos bens públicos, inclusive à justiça (Carvalho, 2003, p. 159). Essa situação impôs sérias restrições à extensão da cidadania, “o governo se afirmava pelo reconhecimento dos limites do poder do Estado” (Carvalho, 2003, p. 159). O Estado não conseguia, ou não tinha interesse em expandir o alcance dos bens públicos, era por meio das nomeações feitas pelo governo que a limitação desse alcance tanto favorecia a este mesmo governo e configurava certa estabilidade ao sistema (Carvalho, 2003, p. 158). Apesar da reconhecida estabilidade do sistema político imperial, houve grande instabilidade de governos (Carvalho, 2003, p. 210), haja vista o cenário de disputas e composições dos partidos que predominavam na cena política, o Conservador e o Liberal. Interessante que o elemento que assegurava a estabilidade do sistema político, a burocracia (e mais especificamente a magistratura), não eram representativos da sociedade, não representavam a nação (Carvalho, 2003, p. 111; 112; 231-236; 421), e os elementos que davam (ou deveriam dar) movimento ao cenário político imperial, no caso os partidos, é que provocavam a instabilidade no governo. Justamente, os partidos como composições sociais, como manifestação de interesses de classe ou segmentos de classe, provocavam, conforme Carvalho, a instabilidade do sistema. Em contraposição aos magistrados que não representavam os interesses de classe ou segmentos de classe, sem embargo, garantiam a estabilidade do sistema político imperial. O Estado surgia como palco de interesses pessoais desde círculos restritos de poder, havendo uma tendência à perpetuação de pessoas e interesses.

O Estado não alcançava as localidades, e por não chegar à periferia, como resultado, via-se forçado a fazer compromissos com os poderes locais. A sua incapacidade de controle o levava a recorrer ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos em troca de confirmação ou concessão de privilégios através da Guarda Nacional (Carvalho, 2003, p. 158). Outra demonstração de como esse Estado não alcançava as localidades foi a incapacidade de aplicação da Lei de Terras, isso porque fazê-lo demandava recursos humanos e alto custo, visto que a burocracia central não conseguia atuar no

nível local (Carvalho, 2003, p. 346). De fato, o êxito na implementação das medidas de regulamentação das terras dependia do aumento da capacidade reguladora e extrativista do Estado (Carvalho, 2003, p. 348), já que esta capacidade se mostrava bem restrita (Carvalho, 2003, p. 286). Contudo, esse processo de ampliação das capacidades de regulamentação de extração estava sujeito à adesão dos proprietários de terras locais, e o Estado, tal qual o governo central, revelava-se incapaz de aprovar ou implementar medidas que fossem contrárias aos interesses dos proprietários (Carvalho, 2003, p. 250). Essa inacessibilidade às localidades deixa clara, talvez, a maior dificuldade do Estado monárquico, a de se afirmar para além da Corte. A explicação que vemos em *O Tempo Saquarema* para essa inacessibilidade às localidades é colocado por Mattos como o de resistência do governo da Casa ao governo do Estado.

O governo era sombra do fator que então assegurava a ordem estabelecida e garantia as rendas do Estado, o governo era sombra da escravidão e, ao final, acabou a escravidão virando sombra do governo, sombra do próprio sistema, igualmente, os políticos eram sombra do poder imperial (Carvalho, 2003, p. 420). A explicação para esse processo de construção da macrocefalia do Estado imperial é colocada por Carvalho quando considera a formação do Estado moderno europeu, uma vez que esse intercurso demandou concentração de poder nas mãos dos monarcas. Não obstante, onde ocorreu com maior força e capacidade de organização das classes, o governo parlamentar representativo estabeleceu-se (Carvalho, 2003, p. 27). Entretanto, onde essas capacidades eram menores, o poder da burocracia se fez sentir com mais peso e deu melhores condições para a concentração do poder nas mãos dos reis. Carvalho enfatiza que, quanto a proporção do êxito e da nitidez da Revolução Burguesa, menor o peso do Estado como regulador da vida social e, assim, o funcionalismo tem peso político menor, enquanto a representação política é maior (Carvalho, 2003, p. 28). Se a regulamentação da vida social carecia da ação do Estado imperial, seu alcance, como já foi dito, era muito limitado. Por exemplo, o êxito em implementar as medidas de regulamentação das terras dependia do aumento da capacidade de regular e recolher impostos do Estado. No entanto, houve resistência desde o processo de aprovação da lei, e muito mais na sua execução, mostrando não só a incapacidade do governo central, mas também mostrou que as limitações do poder dos cafeicultores do Rio de Janeiro sobre o Estado eram insuficientes (Carvalho, 2003, p. 348). A farsa da força do Estado era desmascarada quando os braços deveriam, nesse teatro de sombras, ter a mesma proporção que a cabeça, a distância entre querer fazer e poder fazer se ampliava quando o *script* do governo central não era compreendido ou bem aceito pela plateia dos proprietários de terras e escravos.

Já a construção do Estado imperial como um fenômeno atrelado ao da conformação da classe senhorial é o foco da análise de Ilmar Rohloff de Mattos. O Estado imperial surgiu a partir da extensão

da estrutura social e econômica herdada da colonização, uma estrutura centrada no sentido do monopólio. Foi o elemento que uniu as duas faces da moeda colonial – termo usado por Mattos para referir-se às condições que ligavam a colônia à metrópole, o Brasil a Portugal. No lado da “cara” ou face metropolitana, apresenta-se o Reino ou Estado Moderno; do outro lado, estava a “coroa” ou face colonial. O monopólio exercido pelo lado metropolitano era o do exclusivismo comercial, já o monopólio do lado colonial era o exercido sobre a terra e a mão de obra, os monopólios de cada lado da moeda sustentavam a vigência do sistema (Mattos, 2011, p. 32). Similarmente ao monopólio comercial, que deu base econômica para o Estado Moderno, o monopólio sobre a terra e a mão de obra foi alicerce social para o Estado imperial. Como vimos, Carvalho conduz sua investigação de modo a considerar o Estado como fruto da ação resoluta da elite política, indicando uma aproximação entre os dois autores, pois, sendo tal elite política formada em Coimbra, sob a direção de um Estado que dependia também das estruturas coloniais para se manter, é possível inferir ser a elite política analisada por Carvalho também interessada em conservar os monopólios da terra e da mão de obra, até porque, na averiguação de Carvalho, a decisão pela manutenção da escravidão no período da Emancipação e da Consolidação do Estado imperial resultou, justamente, do interesse em salvaguardar a unidade territorial. Essa é uma das diferenças de abordagem feita entre Carvalho e Mattos – no primeiro, a escravidão foi mantida pela elite política para assegurar a integridade do Império; no segundo, a unidade territorial foi garantida para se manter a escravidão. O fato é que em ambos a escravidão e a unidade territorial relacionavam-se no processo de formação do Estado.

O Estado se forjou, de acordo com Mattos, na cidade do Rio de Janeiro, com a chegada da Corte portuguesa, no início do século XIX, onde e quando, pouco a pouco, houve a fusão dos antigos agentes do monopólio em ambas as faces da moeda colonial. Interesses mercantis, financeiros e burocráticos se expandiram desde a chegada da Corte, inclusive os interesses dos plantadores escravistas. Diante das pressões recolonizadoras oriundas da Revolução do Porto, os privilégios adquiridos com o estabelecimento da Corte foram ameaçados, a questão do Estado ergueu-se como meio de garantir os citados interesses (Mattos, 2011, p. 67). Foi a Coroa, compreendida por Mattos pelo conjunto de forças políticas dirigentes do Império centradas no entorno do Imperador, que afiançou a restauração da moeda colonial. O processo de restauração da moeda colonial foi o de consolidação do Estado (Mattos, 2011, p. 103). A Coroa demonstrava-se como condicionadora dessa restauração e da expansão dos monopólios que fundavam a classe senhorial, em razão disso, a garantia da unidade do Império e sua organização enquanto Estado organizava-se na garantia de uma continuidade. A unidade e a continuidade deram contornos à ligação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial (Mattos, 2011, p. 103). Desse modo, a continuidade da

estrutura colonial da sociedade foi o fator que condicionou a unidade territorial com a construção do Estado centralizado, mas, se foi uma estrutura colonial que se pretendeu manter, o sentido da colonização, em seu caráter mercantilista para a consolidação do Estado Moderno, permaneceu sob outros aspectos, transmutando-se em prol da construção do Estado monárquico a partir da Emancipação, tratava-se de um corpo político que se formou para atender, ainda, aos interesses de um limitado grupo de colonos e aos interesses dos colonizadores, posto esse agora ocupado pelas nações civilizadas.

O esforço duplo sobre o qual se dedica Mattos, o da constituição do Estado imperial e da conformação da classe senhorial, é articulado mediante a definição de dirigentes saquaremas. Podemos asseverar que diz respeito a um Estado que deve ser dirigido pela flor da sociedade, por aqueles movidos por um sentimento aristocrático capaz de realçar distinções e hierarquias na sociedade (Mattos, 2011, p. 125). Este sentimento aristocrático sintetizava a visão da política e da sociedade no contexto da Maioridade, um sentimento erigido com base em um “fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de Emancipação política não objetivavam alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade” (Mattos, 2011, p. 126), e movidos por tal sentimento. A vitória do projeto político dos Saquaremas levou às noções de Ordem e Civilização a serem atreladas à Monarquia e ao governo do Estado (Mattos, 2011, p. 153).

Entramos, então, na esfera do alcance desse Estado em consolidação. Governar o Estado consistia em coibir as exagerações dos que governavam a Casa, esse era o caminho para endossar a manutenção dos monopólios fundadores da classe senhorial (Mattos, 2011, p. 133). Com o Estado consolidado, o projeto saquarema estabeleceu-se quando os liberais perceberam que, para estar no governo da Casa, precisavam estar no governo do Estado, pois a Liberdade da Casa carecia da Autoridade do Estado para continuar existindo. O projeto liberal era o de submeter o governo do Estado ao governo da Casa, por isso não conseguiam estar no governo do Estado, e quando estavam, viam-se submetidos à cartilha saquarema da autoridade se impondo à liberdade em nome da manutenção de uma ordem (Mattos, 2011, p. 169).

Para a efetivação dessa autoridade centralizadora, os entraves surgiam com a postura defensiva relativa às investidas britânicas para assegurar o mais importante monopólio a fundar a classe, o monopólio da mão de obra. Obstáculos surgiam também diante da necessidade de ampliar recursos financeiros (Mattos, 2011, p. 212), e quando os interesses da agricultura mercantil-escravista se fixavam sobre as demais regiões, demarcando também uma hierarquia no interior da classe senhorial. Essa hierarquia ficava exposta defronte ao território extenso e da população dispersa e, mais ainda, com a escassez de recursos financeiros, posto que a ação dos agentes da ordem e da centralização

notavam-se limitados, e abria-se espaço para a ascendência do poder da Casa sobre o do Estado (Mattos, 2011, p. 218). Mattos cita alguns estudos que trataram do aspecto patrimonialista do Estado imperial, já que não havia distinção clara entre o público e o privado, e considera que os interesses particulares refratavam o Estado, adentrando as instituições, tornando-as instáveis por estarem submetidas à mudanças de Ministérios e de administradores, o que tornava o processo de centralização, de imposição de uma ordem e da autoridade monárquica sempre incompleto, como uma “verdadeira teia de Penélope” (Mattos, 2011, p. 211). Sendo assim, o maior obstáculo às ações do Estado eram os interesses particulares estabelecendo-se, deformando os interesses gerais – essa tensão entre o público e o privado não deixava de ser expressão das próprias tensões inerentes à formação da classe senhorial (Mattos, 2011, p. 222). A limitação do Estado, o restrito alcance dos seus braços, aparece também em Mattos, a dificuldade de as forças estatais atingirem o vasto território com a uma população dispersa.

O Estado imperial foi construído a partir de traços de continuidade e de ruptura. Sua edificação ligava-se à necessidade de manutenção dos monopólios sobre a terra, a mão de obra e pela permanência da estrutura colonial da sociedade, patrocinando os interesses dos plantadores escravistas. Os traços de ruptura da construção desse Estado relacionam-se ao fenômeno da transmigração da Corte portuguesa, que levou à fusão dos antigos agentes do monopólio de ambas as faces da moeda colonial e, desse ajuntamento, plantadores escravistas aperceberam-se como classe senhorial. Sem embargo, embora esses traços de ruptura fossem marcados por permanências, pois o aspecto primordial que aproxima os plantadores escravistas da classe senhorial era a dependência da manutenção da escravidão.

O problema do Estado, para Mattos, abria-se em duas frentes. A primeira ajustava-se no fato de seu traço de continuidade em relação à manutenção da estrutura colonial da sociedade, como em sua dependência às nações europeias. Havia, ainda, o problema do Estado em sua limitada capacidade de ação, num projeto de centralização apoiado na disseminação de uma Ordem e de uma Civilização, porém, que não se concluiu, não se efetivava. O que leva ao questionamento se realmente houve uma vitória do projeto saquarema, ou se foi uma vitória relativa, por ser circunscrita a uma parte do território nacional, ou se pode ser vista uma vitória parcial, pela consagração da unidade territorial.

Em *A interiorização da Metrópole*, o principal aspecto de ruptura colocado por Maria Odila Dias foi a vinda Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, o que irá conformar tanto o Império Português quanto o Império Brasileiro, a continuidade se expressa na associação entre portugueses e as classes dominantes, detentoras de escravos e de terras, para a manutenção da ordem social constituída na colônia, isto é, manter a escravidão, a grande propriedade e os privilégios. Já em *Da Monarquia a República*, Emília Viotti da Costa fator de ruptura foi a implementação e o uso do liberalismo como

sustentação ideológica para a formação do Estado recém-independente, e os aspectos de continuidade estão nas relações de clientelismo e patronagem que contrastam com a ética do liberalismo, e limitam a modernização do Estado.

Em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e O Tempo Saquarema*, aspectos de ruptura e de continuidade dão o tom ao percurso de formação do Estado imperial. O principal elemento de ruptura para Carvalho foi a transposição de dirigentes formados em Coimbra para a América Portuguesa, por seu turno, Mattos pondera que a transmigração da Corte portuguesa aparece como fator de rompimento. Interessante notarmos que, mesmo ao considerarem esses fenômenos, seja o da transposição, seja o da transmigração, as mudanças que estes movimentos instituíram traziam, em sua natureza, a continuidade – a continuidade de uma elite política formada nos parâmetros centralizadores do Estado português; a continuidade que marca a chegada da Corte e fez os antigos colonizadores mesclarem-se aos colonos e darem origem à classe dirigente. Vemos outro traço de continuidade na correlação unidade territorial/escravidão, que aparece também como fundamento à formação do Estado imperial, com as prioridades invertidas – em Carvalho, a escravidão foi mantida para sustentar a unidade territorial; em Mattos, a unidade territorial foi conservada para perpetuar a escravidão. O problema do Estado, para ambos os autores, consistia em sua consolidação no Império estar ligada à manutenção da escravidão – fator que, desde antes de meados do século XIX, estava fadado ao desaparecimento –, a incerteza quanto ao seu futuro tornava, também, incertas as bases socioeconômicas do Estado monárquico.

4 SOBRE UM TEMPO DOMESTICADO E UM ESTADO QUE NÃO SE REALIZOU

A relação assimétrica que assinalava o posicionamento do Brasil frente às nações desenvolvidas, a estrutura colonial que dessa conexão derivou, isso não foi superado. Falamos aqui de dois passados: o passado sobre o qual se debruçam; versamos, também, acerca do passado recente que foi o chão de Dias, Costa, Carvalho e de Mattos – do passado a vislumbrar a democracia e a estabilidade política. *Ainda* são questões. O “ainda não” de um Estado e de um progresso que permanece na retórica de um gerúndio, pois está se construindo, se formando, se modernizando, se democratizando, se desenvolvendo. São gerúndios que assinalam um passado-presente, um tempo que não irrompe para o novo pois se prende a permanências. Vimos uma historiografia que olha para o passado com ressentimento de sua extensão. O passado permanece. Mas permanece a partir de qual referencial? Se podemos falar de um tempo lento, em que as mudanças acontecem devagar, a lentidão ocorre em relação a qual sujeito ou lugar? O tempo é lento pois as expectativas estão eurocentradas, se voltam

para uma modernidade que não consegue ser atingida. E partir desse dilema o debate sobre a colonialidade pode ser esclarecedor.

Os estudos decoloniais se referem a um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade. Trata-se de um espaço de enunciação carregado de contradições e conflito, “cujo ponto de coincidência é a problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a um série de premissas epistêmicas compartilhadas” (Quintero; Figueira; Elizade, 2019, p. 4). Modernidade, colonialidade e decolonialidade aparecem imbricados a partir de um conjunto sistemático e enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade, seus procedimentos conceituais concebem: as origens da modernidade se encontram na conquista europeia da América e no seu controle sobre o Atlântico, nos séculos XV XVI; a ênfase da estruturação do poder por meio do colonialismo como parte do sistema mundo moderno capitalista; a compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder produzidos na Europa e em seguida estendidos ao resto do mundo; a assimetria das relações de poder entre Europa e seus outros implica necessariamente na subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados; a subalternização da maioria da população mundial ocorre por meio do controle do trabalho e no controle da intersubjetividade; a designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividade na modernidade. Desta forma, a categoria *colonialidade* é uma matriz de poder própria da modernidade, começou com a colonização, e se estendeu para além dela (Quintero; Figueira; Elizade, 2019, p. 5). A colonialidade é marcada pela dependência histórico-cultural ligada a padrões da modernidade e ao capitalismo, de modo que das formas de exploração do trabalho se desenvolveu um modelo de estratificação sociorracial entre “brancos” e demais tipologias raciais consideradas inferiores – mesmo que brancos fossem minorias, eles é que dominavam e exploravam as maiorias indígenas, afrodescendentes e mestiços. Esses grupos brancos se viam forçados a subordinar à produção de sua subjetividade a modelos culturais europeus. A colonialidade acabou por inviabilizar historicamente uma real redemocratização nessas nações (Quintero; Figueira; Elizade, 2019, p. 6).

Em uma análise que procura distinguir os estudos pós-coloniais dos estudos decoloniais, Mauro Franco Neto e Guilherme Bianchi Moreira, na apresentação do livro de Mário Rufer, *Às voltas com o pós-colonial*, contornam a especificidade do decolonialismo a partir da compreensão de “a modernidade como experiência totalizante de e produtora de uma exterioridade constitutiva da própria matriz de saque e extrativismo, condensada em ideias como civilização moderna, progresso e desenvolvimento” (Neto; Moreira, 2024, p. 10). Reconhecem que a conquista europeia foi muito além do âmbito militar, se estendendo para a dimensão simbólica de uma “conquista do tempo”, trata-se de

uma “espacialização dessa noção de tempo secularizada, mundana, mas sobretudo processual e evolutiva, que torna possível um conjunto de entendimentos que passaram a legitimar a divisão entre povos e espaços mais ou menos ‘evoluídos’” (Neto; Moreira, 2024, p. 12). Mario Rufer se baseia em Aníbal Quijano para argumentar que a modernidade, o capital e a América Latina surgiram simultaneamente e seria errôneo considerar a experiência colonial e a invenção da modernidade como processos distintos, pois para Quijano é no momento de descobrimento das Américas que “a ideia de raça surgiu para acompanhar os processos sistemáticos de extrativismo colonial” (Quijano apud Rufer, 2024, p. 28). É o sociólogo peruano, Quijano, quem estabelece as bases para o debate latino-americano com a ideia de colonialidade, sendo esta o fortalecimento de certas estruturas coloniais com a atribuição de classificação e diferenciação racial das populações, a colonialidade é por definição racista (Rufer, 2024, p. 34).

Prosseguindo em sua análise, Mário Rufer destaca que “as noções de tempo em que a História (e particularmente a história nacional) mantém como base de suas operações discursivas, são noções políticas (não unidades mecânicas de distribuição da experiência, nem taxonomias físicas mensuráveis)” (Rufer, 2024, p. 55). De modo que as “noções de quebra e descontinuidade na história nacional moderna operam politicamente para excluir formas alternativas de inscrever a experiência no tempo”, considerando ainda que “a ideia de um tempo único e externo, que já não é afetado pelos acontecimentos, é a conversão central da história moderna” (Rufer, 2024, p. 58), o que aponta para um fato já muito tratado por diversos autores como Dipesh Chackabarty, Nira Wickramasinghe, Frederick Cooper, dentre outros: “o problema da história como narrativa que tem a Europa como “sujeito teórico”, o estado-nação ocidental como epítome da realização política e a modernidade como ideia matriz” (Rufer, 2024, p. 59 e 60). Para o que nos interessa aqui, as ordens de diferentes tempos foram cooptadas pela modernidade colonial, entrelaçando os tempos do capital, da colônia, do desenvolvimento e do progresso, porém “existiram *junto com* eles, sobrepostos ao terrenos da experiência”, e para o espírito moderno esse era um dos maiores perigos, “a coexistência de temporalidades múltiplas narradas em uma linguagem alternativa”, dito de outra forma, a modernidade domesticou a noção de tempo, mas acabou implicando a coexistência híbrida de temporalidades (Rufer, 2024, p. 62 e 63), o que Mario Rufer explicitou em sua análise a respeito da reivindicação indígena na Argentina e no caso xhosa na África do Sul, onde “a memória do subalterno se instala na linguagem de autoridade e fala *a partir dali*” (2024, p. 97). Desse processo de domesticação do tempo resultam narrativas que se empenham em mostrar o arcaico para ressaltar a modernidade, e por isso são marcadas pelo “ainda não”, pela incompletude das instituições, pela promessa de desenvolvimento e progresso não cumprida que performam a percepção de um tempo lento, onde as continuidades se

sobressaem às rupturas. E é este o exercício que Rufer propõe: “mostrar as formas do ordenamento colonial no presente”, e com isso “habitar as histórias nacionais, pretender usá-las, mostrar que a continuidade está na hierarquização dos sujeitos, unidades políticas e trajetórias temporais” (Rufer, 2024, p. 98).

5 CONCLUSÃO

Assim, ao pensar o Estado brasileiro no século XIX, a historiografia analisada evidencia uma expectativa por mudanças, por modernização, por rupturas com as estruturas coloniais. Anseio que não se cumprem. São textos marcados pela referência eurocentrada: o modelo de Estado, de progresso, de mudanças, de história e de tempo está na Europa. A colonização acabou no início do século XIX, mas a colonialidade continua, a subalternização de nosso tempo em relação ao tempo europeu constitui marca das narrativas aqui analisadas. Se, como propôs Mario Rufer é importante perceber a continuidade da colonização em nossas estruturas políticas e sociais, torna-se fundamental refletir sobre como a escrita da história também carrega em si um tempo domesticado pela modernidade – um tempo colonizado. Somos filhos da modernidade, mas somos seus filhos bastardos, sem direito legítimo à sua herança prometida de Progresso e Civilização. E no esteio de uma proposta decolonial, descentrada do referencial europeu, conceitos (e mesmo anseios) como modernização, progresso, civilização precisa ser desconstruídos quando nos dedicamos a análise crítica da historiografia. De modo que todo o processo de singularização de coletivos – Tempo, História, Estado, Progresso, Civilização, Deus – sejam desconstruídos e devolvidos à sua multiplicidade/heterogeneidade, e talvez sejamos capazes de perceber, que muito provavelmente esse tempo e esses critérios que definem avanços, atrasos, consolidação, estagnação ou retrocessos (mesmo que esses critérios possam nos oferecer ferramentas críticas sobre nossa realidade), eles podem mesmo assim se referir a um tempo e a uma história que não é a “nossa”.

Não levanto a questão de abandono de valores e questões próprios da Modernidade, proponho uma leitura criteriosa sobre os anseios que eles projetam. Não cabe negar a paternidade da Modernidade, mas reconhecê-la também em seu lugar de limitação em nossas perspectivas pretéritas. Não cabe também requerer em juízo o Progresso prometido por esta paternidade, a sentença de que tal herança não nos cabe deve ser uma constatação referendada pela história da historiografia na medida em que dissolve as singularidades e acentua o caráter híbrido do Tempo. Podemos então tirar a suposta imponência da letra maiúscula que configura o nome próprio e o caráter de unicidade por ele carregado. Estados, tempos, histórias, deuses, civilizações. Permaneço, porém, reticente quanto a possibilidade de dissolução do Progresso em progressos, pois ainda assim marca uma perspectiva analítica que tende

a acentuar arcaísmos, e apontam para uma expectativa de mudanças facilmente enredáveis em avanços e atrasos, em hierarquizações, e por isso não deixam de trazer a relevo um tempo domesticado por perspectivas outras.

Volto a Jorge Cañizares-Esguerra quando este afirma que

A luta dos intelectuais latino-americanos, para corrigir o que consideravam ser estereótipos sobre a América Latina circulando entre o público do Atlântico Norte sobreviveu por todo século XIX. Na verdade, ela ainda continua. [...] O leitor esclarecido pode ser tentado a descartar a epistemologia patriótica como um discurso chauvinista, relíquia de um mundo estranho, mas defunto. Permito-me discordar. [...] (2011, p. 413)

Cañizares-Esguerra prossegue argumentando que enquanto forem oferecidas

[...] apenas histórias de violência, resistência à exploração, instabilidade e corrupção sobre a América Latina (presunção narrativa autorizada em parte por geografias culturais que caracterizam a região como “não ocidental”), haverá contadores de histórias como eu que continuarão a criar mundos alternativos. (2011, p. 413)

O belíssimo texto do historiador equatoriano, crescido no México e na Colômbia, Jorge Cañizares-Esguerra, se refere a narrativas produzidas sobre a América Latina nos Estados Unidos. Defende a criação de mundos alternativos a uma epistemologia patriótica, não seu abandono, mas uma leitura crítica sobre ela que irrompe com histórias para além de violências, ausências e amarguras de nosso passado. Este é um convite desafiador. Ao lermos os textos de Maria Odila Dias, Emília Viotti da Costa, José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos o desafio que se levanta aqui é o de não incorrer em desvalor a tais textos, mas em lhes questionar naquilo que não lhes foi possível em nível de inteligibilidade em seu tempo de escrita. Ver um Brasil para além de um Estado em seu processo de conformação e consolidação, ler estes e tantos outros textos desta historiografia acadêmica que nos funda/firma como campo de pesquisa, que nos ofereceu (senão diretrizes) direcionamento epistemológico com o olhar sensível das multiplicidades (dos mundos alternativos) dos tempos, processos e sujeitos que não lhes foram tangíveis. O desafio de dissolver singularidades próprias da Modernidade implica também em dissolver estereótipos. E quanto a este constructo que por definição singulariza coletivos, não lhe tiro a inicial maiúscula que confere nome próprio, pois entendo ser desafio intelectual, e desafio à história da historiografia, reconhecer esse seu lugar de autoridade epistêmica que sempre nos condicionou. Reconhecer para questionar, reconhecer para se perceber e para criar mundos novos. Como filhos bastardos dessa Modernidade podemos, pois, romper com sua autoridade sem negar nossa relação com ela.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Como escrever a história do Novo Mundo: Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 9ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZADE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais, MASP Afterall, nº 3, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Consulta dia 11 de julho de 2025, as 10h.

RUFER, Mario. Às voltas com o pós-colonial: o conceito e suas implicações. Serra: Milfontes, 2024.